

**ATA DA QUADRAGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta e cinco minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Pedro Kemp e secretariada pelo deputado Professor Rinaldo, no exercício da primeira e segunda-secretaria, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhoras e senhores deputados, público aqui presente e todos aqueles que nos acompanham pela TV e Rádio Alems. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Justifico a ausência da deputada Mara Caseiro, em virtude de agenda externa (CI-037/2025). **PEQUENO EXPEDIENTE.** Convido o ilustre deputado Professor Rinaldo para assumir a segunda-secretaria. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Professor Rinaldo, para leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Professor Rinaldo - Podemos) — Bom dia, deputado Pedro Kemp no exercício da presidência. Bom dia a todos os colegas, senhoras e senhores que prestigiam esta Sessão. *“Ata da Quadragésima Quarta Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Duarte e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretários, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Quarenta e Nove da Quadragésima Terceira Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 341/2025, do Ministério da Justiça e Segurança Pública – Polícia Rodoviária Federal; Ofício nº 0272/2025, da Caixa Econômica Federal; Ofício nº 139/2025, da Agência Nacional de Telecomunicações; Ofício nº 205/2025, do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 743 e 745/2025, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Gestão Urbana e Desenvolvimento Econômico, Turístico e Sustentável de Campo Grande; Ofícios nºs 829, 832 e 834/2025, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande; Ofício nº 5.418/2025, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande; Ofício nº 79/2025, do Sindicato dos Servidores da Prefeitura e Câmara de Aquidauana. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Lia Nogueira, Zé Teixeira, Zeca do PT, Professor Rinaldo, Paulo Duarte, Caravina, Mara Caseiro, Junior Mochi, Pedrossian Neto, Gleice Jane e Lidio Lopes. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Antonio Vaz e Paulo Duarte. GRANDE EXPEDIENTE – Usou da palavra o deputado Lidio Lopes. ORDEM DO DIA – Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei nº 113/2024, de autoria do deputado Paulo Duarte. Foram aprovadas, em segunda discussão e votação*

*nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 122/2025, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 177/2024, de autoria da deputada Lia Nogueira. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 253/2024, de autoria do deputado Neno Razuk; Projeto de Lei nº 14/2025, de autoria do deputado Antonio Vaz. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada aos familiares de Lourival Felix Barbosa; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada aos familiares de Orestes Telles Moreira; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Marcio Fernandes, endereçada aos familiares de Alessandro Souza Nascimento; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada aos organizadores da 10ª edição das Olimpíadas Especiais das Apaes - Feapaes/MS (Federação das Apaes do Estado de Mato Grosso do Sul), na figura de seu presidente, Antônio José dos Santos Neto; Apae de Nova Andradina, na pessoa do seu presidente, Ananias Loyer, e sua diretora social Ida Mercês do Nascimento; à Funael (Fundação Nova-Andradinense de Esporte e Lazer), na pessoa do senhor Joari Martins, e ao prefeito de Nova Andradina, Leandro Fedossi; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada aos estudantes José Vitor Balasso e Tailaine Gomes Lima, aos professores Grazieli Suszek e Fernando Rodrigues da Conceição, extensiva à diretora Débora Cristina Macorini Ocon de Almeida e ao pró-reitor de Pesquisas, Edvanio Chagas, todos do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul – Campus Nova Andradina, pela participação na maior feira pré-universitária de ciência do mundo, realizada de 10 a 16 de maio, em Columbus, Ohio (EUA). Eles foram os únicos representantes de Mato Grosso do Sul na delegação brasileira. Requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada ao senhor Ranulfo Custódio Alves, natural de Três Lagoas e residente em Camapuã, pela renovação de sua Carteira Nacional de Habilitação (CNH) aos cento e dois anos de idade, ocorrida em 15 de maio de 2025, na Agência do Detran-MS de Camapuã; requerimento de autoria do deputado Roberto Hashioka, solicitando que seja concedido o Diploma de Ilustre Visitante à Sua Alteza Imperial, a princesa Kako, do Japão; indicações de autoria dos deputados Lia Nogueira, Gleice Jane, Neno Razuk, Jamilson Name, Zé Teixeira, Caravina, Pedro Kemp, Lucas de Lima, Paulo Duarte e Junior Mochi. O senhor presidente suspendeu a Sessão Ordinária para o uso da tribuna, para a divulgação das ações do “Maio Laranja”, mês de enfrentamento e combate à violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes, para o uso da palavra do senhor Adriano Ferreira Vargas, presidente da Associação de Conselheiros Tutelares de Mato Grosso do Sul (Acetems). **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte e oito de maio do ano de dois mil e vinte e cinco”. Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Convido o deputado Professor Rinaldo para assumir a primeira-secretaria e fazer a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Professor Rinaldo - Podemos) — Expediente da Sessão Ordinária do dia 29 de maio de 2025: Ofício nº 128/2025, do Ministério de Portos e Aeroportos, respondendo à indicação da deputada Lia Nogueira (Prot. nº 4079/2024); Ofício nº 0272/2025, da Caixa Econômica Federal, encaminhando Fundo Especial de Saúde - Caixa-CR OGU MS 836049/2016 – Operação 1034341-85 – Ofício de Extinção Contratual ao Legislativo (Prot. nº 18/2025); E-mail do Padre Luigi Fávero, diretor-administrativo do Colégio Dom Bosco, respondendo à moção de congratulação do deputado Paulo Corrêa (Prot. nº 1648/2025). Foi lido o expediente, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Vou fazer a leitura das minhas proposições aqui da Mesa Diretora. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Paulo Silva, diretor-presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito (Agetran), solicitando estudos no sentido de instalar um redutor de velocidade na rua Rui Barbosa, no cruzamento com a rua João Pedro de Souza, em Campo Grande. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Ademar Silva Junior, secretário municipal de Meio Ambiente, Gestão Urbana e Desenvolvimento Econômico, Turístico e Sustentável, solicitando a poda das árvores da rua Piassanguaba, nas proximidades dos nºs 576 e 680, no bairro Jardim Tijuca, em Campo Grande. Por último, tenho uma moção de pesar aos familiares do senhor João Antônio Santiago, em razão de seu falecimento, ocorrido no dia 28 de maio de 2025, no município de Aquidauana, conforme o texto: "A Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, legítima representante dos ideais e aspirações do povo sul-mato-grossense, por proposição do deputado estadual Pedro Kemp, aprova moção de pesar aos familiares do senhor João Antônio Santiago, em razão de seu falecimento, ocorrido no dia 28 de maio de 2025, no município de Aquidauana. Esta Casa de Leis expressa solidariedade aos familiares do senhor João Antônio Santiago, em nome de sua filha Ceureci Fátima Santiago Ramos, rogando a Deus conforto e proteção a todos os enlutados". Consulto o ilustre deputado Caravina se tem expediente a ser lido. Vossa Excelência está inscrito. Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, assistentes, público presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS. Trago apenas um projeto de resolução, que institui, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, a Medalha e o Diploma de Honra ao Mérito Legislativo, em homenagem aos profissionais de rodeio. Artigo 1º - Fica instituída, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, a medalha e o diploma de honra ao mérito legislativo, em homenagem aos profissionais de rodeio do estado. Artigo 2º - A Medalha e o Diploma de Mérito Legislativo serão destinados a homenagear todos os profissionais cuja atividade consiste na participação direta nas atividades de rodeio, reconhecendo sua contribuição esportiva e cultural para a preservação e valorização desse esporte tradicional em nosso estado. Artigo 3º - A honraria instituída por esta resolução será entregue preferencialmente na semana do dia 4 de outubro, quando se comemora o Dia

Nacional do Rodeio, instituído pela Lei Federal nº 13.992/2019, em Sessão Solene a ser realizada pela Assembleia Legislativa especificamente para este evento. Artigo 4º -Caberá à Mesa Diretora determinar o modelo e as características da medalha e do diploma instituídos. Artigo 5º - Os homenageados serão notificados pela Mesa Diretora acerca da data e horário da realização da Sessão Solene em que receberão a honraria. Artigo 6º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Senhor presidente, o rodeio em Mato Grosso do Sul é um evento esportivo que, além de gerar emprego e renda, movimenta o estado. É um esporte nacional, mas aqui é muito praticado. Eu mesmo, como prefeito, tive a oportunidade de conduzir vários rodeios no município de Bataguassu e de participar de vários eventos em todo o estado. Recentemente, tivemos um cidadão sul-mato-grossense que ganhou um rodeio internacional nos Estados Unidos, no campeonato mundial, mostrando a força desses profissionais do nosso estado. A ideia desta resolução é criar essas medalhas e diplomas e homenagear esses profissionais que arriscam suas vidas nesse esporte tão aclamado no estado, que leva multidões às arenas e movimenta a economia de Mato Grosso do Sul. Então, é uma forma de homenagear esses atletas, e peço o apoio dos demais colegas para que esta resolução seja aprovada, e que, a partir de outubro deste ano, já façamos a primeira homenagem a esses profissionais do rodeio. Obrigado, senhor presidente. Era só isso.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Caravina: um projeto de resolução (Prot. nº 01853/2025). De autoria do deputado Junior Mochi: três indicações (Prot. nºs 01846/2025, 1844/2025, 01843/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 01845/2025). De autoria da deputada Lia Nogueira: três indicações (Prot. nºs 01834/2025, 1833/2025, 01830/2025); duas moções de congratulação (Prot. nºs 1836/2025, 1835/2025). De autoria do deputado Lidio Lopes: três indicações (Prot. nºs 01854/2025, 01855/2025, 01857/2025). De autoria da deputada Mara Caseiro: duas indicações (Prot. nºs 1838/2025, 1837/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 1831/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 1832/2025). De autoria do deputado Pedro Kemp: uma indicação (Prot. nº 1839/2025). De autoria do deputado Renato Câmara: três indicações (Prot. nºs 1852/2025, 1851/2025, 1848/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 1849/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 1850/2025).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Renato Câmara. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado Neno Razuk. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, o deputado Junior Mochi. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira. Transferida. Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo. Vossa Excelência disporá de trinta minutos, podendo ser prorrogados ainda.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — sem revisão do orador — Bom dia, deputado Pedro Kemp, presidente desta Sessão, deputado Paulo Duarte, deputado Caravina, deputado João Henrique e demais deputados que estão on-line, além

de todos os senhores e senhoras presentes e aqueles que nos acompanham pela Rádio Alems e pela TV Alems. Senhor presidente, eu confesso a Vossa Excelência que eu não gostaria de tocar neste assunto que me traz à tribuna hoje — de verdade. Eu aprendi algo na minha vida: nós temos que respeitar o Estado Democrático de Direito. Temos que respeitar, de forma pacífica, o sentimento da população no pleito eleitoral e, mais do que nunca, é preciso que respeitemos as instituições organizadas. Tanto é que o grande francês Montesquieu, autor da tese da independência dos poderes, dizia que os poderes têm que ser autônomos, porém harmônicos; e nós temos que respeitá-los. Quando nos sentimos lesados em nossos direitos, não devemos buscar confronto pessoal, mas sim recorrer às instâncias superiores, até que o caso seja definitivamente julgado na instância máxima do nosso país, que é o STF. Por isso, digo que não gostaria de abordar esse tema, por razões óbvias: trata-se, deputado Pedro Kemp, da decisão tomada pelo TRE relacionada à eleição em Campo Grande. Evito comentar sobre o assunto porque sou irmão da candidata derrotada nesse pleito. Porém, ontem, conversando com alguns colegas, inclusive com o presidente deputado Gerson Claro, manifestei que, embora discorde da decisão, eu a respeito. Tenho amizade com alguns membros do Tribunal Regional Eleitoral. Ao comentar sobre isso, logo ao entrar no Plenário, ouvi o deputado Lidio Lopes louvando, enaltecendo, a meu ver, a prática literal de ilicitude. E não quero aqui discutir as dificuldades enfrentadas na eleição. No primeiro turno, entre os vinte e quatro deputados, apenas Rinaldo Modesto apoiava a Rose. Dos vinte e nove vereadores, deputado Paulo Duarte, apenas o vereador Coronel Vilassanti, da capital, esteve ao lado da Rose. No segundo turno, vários deputados e vereadores passaram a apoiá-la. Competimos contra duas grandes máquinas: a do Governo do Estado e a da Prefeitura, que contavam com um exército de onze mil e quinhentos servidores comissionados; exército que materializava fake news durante vinte e quatro horas por dia. Se não bastasse tudo isso, ainda buscaram o apoio de Jair Messias Bolsonaro, do governador de São Paulo, de Nicolas Ferreira e de diversas outras lideranças, todas mobilizadas em nome de Deus, Pátria e família, enquanto do outro lado ocorriam ataques e tentativas de demonização. Apesar de todo esse aparato — humano, econômico e de fake news —, deputado Pedro Kemp, a eleição foi acirrada, com uma diferença pequena, considerando o universo de mais de seiscentos mil eleitores em Campo Grande. Assim, quando vejo o colega exaltando e louvando a atitude dos nobres juízes — a quem respeito — preciso dizer que, na verdade, essa eleição foi totalmente eivada por vícios e extremamente contaminada pelas práticas que nós vimos. Isso não é apenas minha opinião; há documentação comprovando nos autos do processo, que soma duzentas e quarenta e uma páginas, deputado Pedro Kemp. Apesar disso, deixou-se de considerar o abuso de poder religioso, o que ocorreu e não foi pouco — falo com conhecimento, pois conheço bem esta área eclesástica. Também houve abuso de poder econômico, de maneira intensa, e abuso de poder político. Quando membros do primeiro escalão convocam a população com carros de som, prometendo asfalto e reunindo inúmeras máquinas em obras inacabadas... Eu não sei, deputado Caravina, se Vossa Excelência acompanhou, mas realmente não sei de onde conseguiram tantas máquinas. Parece que reuniram equipamentos de todas as empresas da Capital e colocaram justamente nos locais onde era preciso terminar o asfalto ou realizar obras, como naquela região da avenida Norte-Sul, que é uma vergonha: desde a época de Lúdio Coelho essa obra está inacabada. Mas, de

repente, quinze dias depois, todas as máquinas desapareceram. Para mim, esse foi um dos maiores estelionatos eleitorais da história de Campo Grande; desde Francisco Mestre, que foi o primeiro intendente desta cidade que, à época, nem chamávamos de prefeito. Até os dias de hoje, na minha visão, foi um dos maiores – ou o maior – estelionato eleitoral, potencializado pelas fake news. Eu não queria tocar nesse assunto, mas ontem não tive oportunidade de usar a tribuna porque, quando cheguei aqui, o deputado já estava "nos finalmentes", não ia conceder o aparte, assim como não concedeu ao deputado Zeca do PT; depois, veio a Ordem do Dia, e eu gostaria que ele estivesse aqui. Nada pessoal, mas eu não posso admitir, deputado Paulo Duarte, que, ao final da fala, nosso colega use uma expressão chula que tem uma conotação totalmente discriminatória, com uma pitada de misoginia e machismo, ao dizer: "Aceita que dói menos". Ao utilizar uma frase dessas – eu que ando por esses corredores, vi várias mulheres que aqui trabalham, constrangidas, sentindo vergonha, assim como eu mesmo sinto vergonha alheia –, é, na verdade, uma falta de respeito não apenas comigo, que sou irmão da Rose, mas com vários colegas que também apoiaram a Rose no segundo turno. É uma falta de respeito com as mulheres desta Casa, muitas das quais votaram na Rose. É uma falta de respeito, praticamente, com a população de Campo Grande; aliás, apenas um terço da população escolheu a prefeita – apenas um terço! A cada dez pessoas que você vislumbra, apenas três concretizaram o voto no segundo turno. Se fosse eu, não tocaria nesse assunto. Está na Justiça: foram cinco votos a dois votos. Apesar de que, por sete a zero ratificaram, na íntegra, que houve efetivamente a prática ilícita da captação do sufrágio. Sete reconheceram que houve compra de votos. E é interessante notar que essa compra de votos não foi feita por um correligionário qualquer, Manoel Afonso; essa captação ilícita de sufrágio foi realizada, não por um cabo eleitoral contratado, mas de forma orquestrada, de maneira ilícita e vergonhosa, por pessoas que trabalham diretamente – e que, à época, também trabalhavam – com a prefeita, pessoas do primeiro escalão, nomeados por decreto pela prefeita Adriane. Quem é Marcos Paulo Amorim? Assessor jurídico da prefeita. Entrou em contato com o Chiquinho, pedindo a chave pix para depositar dinheiro para compra de votos. Isso está nos autos. Eu aprendi no curso de Direito: o que não existe nos autos, não existe no mundo do Direito. Mas estou aqui me atendo ao que consta nos autos. Quem é Dinho Lopes? Diretor da UPA Santa Mônica e coordenador da campanha da prefeita; ele representa a investigada em reunião de compra de votos. Testemunhas Berenice e Edivânia compareceram à reunião – isso está nos autos, inclusive em vídeo. Quem é Darci Caldo? Nada contra a pessoa de ninguém; estou aqui falando do que está nos autos, inclusive do que extraí de uma matéria de um jornalista – acho que do jornal "O Jacaré", do Edivaldo Bittencourt. O Darci é chefe de gabinete da prefeita e organizou a entrega do dinheiro a Tião, no comitê de Adriane Lopes, identificado como coordenador de campanha no bairro Caiobá, além de ser identificado como organizador dos pacotes de dinheiro junto a Rodrigo Rata. Recentemente, Darci foi nomeado ao comando da Secretaria Especial de Articulação Regional. Simone Bastos Vieira: quem é ela? Era contratada no período eleitoral? Não. Ela é assessora do gabinete da prefeita. A ação dela: realizou pix em seu nome, da sua conta, no valor de mil e duzentos reais para que a testemunha Sebastião comprasse votos, no dia 4, véspera do primeiro turno; à época, estava lotada no gabinete da Adriane. Não era cabo eleitoral, não era uma simpatizante; trabalha na sala da prefeita. E quem é Rodrigo Rata?

Motorista oficial da prefeitura. Qual foi a participação dele nessa orquestração que o colega enalteceu? Olha, gente, o que estamos vivendo no momento é uma inversão de valores que extrapola todos os limites da razão humana. Parece que o que é certo tornou-se errado. Estão enaltecendo algo que eu teria vergonha. Quem que é Rodrigo Rata? Motorista oficial. Distribuiu dinheiro em envelopes no comitê da campanha e deu à testemunha — Sebastião — quatrocentos reais, como pagamento pela ação, pelo trabalho, e um envelope de dois mil reais para compra de votos, identificado pela testemunha Tião e pela testemunha Adriana Campagnoli, do gabinete da prefeita como atuante na campanha eleitoral. Ligação atuante tanto na prefeitura quanto na campanha. Gente, isso aqui não é invenção minha, está nas duzentas e quarenta e uma páginas dos autos. Então, eu gostaria até que o colega estivesse aqui presente. O que mais me chamou a atenção não foi exatamente aquela frase à qual eu me referia aqui; eu acho que as mulheres deste Parlamento devem ter ficado envergonhadas, porque ela tem um sentido duplo. Isso é conversa de gente misógina, de gente machista, de gente que gosta de prejudicar o sexo oposto: "Aceita que dói menos!" Só que essa frase não foi tão forte quanto a que o colega falou dentro do Tribunal Regional Eleitoral, com várias testemunhas, dando uma entrevista para a televisão como se tivesse ganhado a Copa do Mundo. Aliás, se fosse eu, nem iria lá. Eu conversei com pessoas muito próximas, do Tribunal Regional Eleitoral e ouvi assim: "Olha, inclusive, eu vi na televisão que o 'fulano' estava lá." Eu respondi: "Então, lá era um lugar aonde qualquer pessoa pode ir, porém, eu achei inconveniente", pois é uma das pessoas que faz parte do pleno, e que eu não quero citá-la, por questão ética, sabe. Mas eu não teria essa coragem, pois, realmente, a gente é muito diferente (um do outro). Então, senhor presidente, como falei no início, eu não gostaria de trazer esse tema para cá, porque daria conotação de que estou com "dor de cotovelo"! "Ah, perderam a eleição!" Muito pelo contrário; eu sou muito resolvido na vida. Gente, eu só tenho a agradecer a Deus por tudo que Ele me proporcionou. Minha irmã foi uma gigante, lutou contra tudo e contra todos, principalmente no primeiro mandato, e nunca vi tanta fake news na minha vida! Eu imagino meu pai, com oitenta e oito anos, e a minha mãe com oitenta e um, assistindo a um monte de gente orquestrada sendo paga para falar mal da Rose, dizendo que ela não tinha família. A que ponto nós chegamos! Que dor deve passar no coração de um pai e de uma mãe ouvindo um exército acabar com a reputação de uma pessoa que tem uma história de superação na vida e que nunca respondeu a um processo. E não é mérito dela, não é mérito nosso, homens públicos; todos deveriam passar por isso ilesos [sic]. Eu aprendi uma coisa: o coração vitorioso é um coração generoso. Aprendi também que o homem público tem que falar com todas as correntes, principalmente em uma capital, que precisa de recursos do Estado e da Federação. E, se você não tem esse espírito democrático, não tem esse espírito estadista para resolver os problemas da cidade... Eu não quero entrar no mérito da administração. Essa mentira de: "Ah, eu comecei agora, gente...". A prefeita está aí desde março de 2022, ficou mentindo e cuspidno no prato em que comeu. Não cabe a mim entrar nesse mérito, mas a cidade está aí. Eu moro aqui há quarenta e cinco anos... É uma catástrofe. Ontem eu tive que resolver o problema de um pneu da minha caminhonete... Quem ainda não caiu em um buraco? Campo Grande está vivendo pior do que na fase Bernal; que falem as mães de crianças atípicas, que fale a Santa Casa... Eu fui lá entregar uma emenda para comprar doze macas para colocar no pronto-socorro, e a prefeitura está devendo mais de quarenta

e seis milhões. Tiveram que entrar na Justiça. Que bom que Vossa Excelência chegou! Não quero aqui entrar no mérito da administração e nunca usei desta tribuna para ficar falando mal de ninguém, mas ontem, deputado Lidio Lopes — e gostaria que Vossa Excelência me ouvisse —, Vossa Excelência usou uma frase ontem, no final, que me chamou muito a atenção. Aliás, a pior situação foi dentro do Tribunal Regional Eleitoral; foi tão ruim que não tenho coragem de falar aqui, em respeito às mulheres. Então, quero dizer a Vossa Excelência que Vossa Excelência fez parte de um processo que está extremamente viciado, em que todos os juízes reconheceram a compra de votos. E, se fosse apenas um voto, já esbarraria no artigo 41 da Lei Eleitoral. Eu não ia tocar nesse assunto; estava conversando com o deputado Gerson Claro ali atrás e com os colegas, para evitar passar qualquer conotação de dor de cotovelo, até porque não sabemos o dia de amanhã. Agora, Vossa Excelência enalteceu a ilicitude ratificada por sete membros do Tribunal Regional Eleitoral, situação essa que ainda não foi resolvida. Se os advogados da outra parte quiserem, ainda existe outra instância. Vossa Excelência deve saber que eu não agiria assim; os colegas que estavam comigo, dentre eles o presidente, são testemunhas oculares e epidérmicas do que estou falando. Nunca gostei de confronto, nunca gostei de falar mal da vida de ninguém. Quem está comigo desde 2007 sabe muito bem da minha conduta. Mas, não posso aceitar quando Vossa Excelência diz: "Aceita que dói menos", ao final da sua fala. Vossa Excelência não apenas me desrespeitou, como também desrespeitou vários colegas que apoiaram a Rose no segundo turno, desrespeitou as mulheres deste Parlamento; e muitas delas votaram na roça, e Vossa Excelência desrespeitou uma grande parte da população.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Permite-me um aparte, deputado?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Só um minutinho. Isso não é comportamento de uma pessoa que se diz cristã, que se diz um representante da população. Não precisaria falar isso; ficasse quieto. Você foi até lá para acompanhar e, lá, qualquer um pode ir, como se fosse para intimidar os juízes. Ficou feio, deputado. Vossa Excelência não precisa disso. O vitorioso tem um coração generoso. Então, quero aqui deixar registrada a minha tristeza. Reafirmo mais uma vez: eu não gostaria de tocar nesse assunto, mas me sinto na obrigação, porque, além de tê-la apoiado, é minha irmã. E, se não fossem todos esses amuletos que vocês arrumaram e a presença da rainha, a quem eu respeito, chamada Tereza Cristina, Vossa Excelência saberia o tamanho do resultado. Seria vergonhoso. Temos que ter espírito altruísta, temos que ter espírito democrático, temos que ter coerência, temos que ter gratidão e temos que ter respeito. Não quero aqui entrar no mérito dos juízes, mas eu fico conversando com as pessoas aí fora: até o analfabeto funcional não consegue entender. "Ué! E pode comprar voto? E com pix? Ué! Mas não disseram que, se isso acontecer, a pessoa perde o mandato?" Mas os juízes reconheceram; ao mesmo tempo, disseram que não houve um vínculo direto. Então, isso criou uma confusão na cabeça das pessoas. Então, deputado Lidio Lopes, Vossa Excelência me provocou, e me obrigou a vir a esta tribuna hoje para fazer esse comentário. O "pau vai torar"?! O comportamento de Vossa Excelência é esse. Essa arrogância, essa prepotência... O que é isso, deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Enjoei de apanhar; apanhei na campanha e Vossa Excelência usou a tribuna, junto com um grupo aqui, e moeram a mim e à minha esposa. Eu aguentei, fiquei quietinho. Apanhei, e vocês continuam fazendo...

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Calma aí. Eu não permiti o aparte.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — ...e eu vou revidar.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Eu não permiti o aparte. Que dia eu falei mal da sua esposa, da prefeita, junto com os companheiros? Que dia?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Acabou de falar que a gestão dela é pior que a do Bernal.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Essa é a prova inequívoca da falta de preparo psicológico. Aliás, Vossa Excelência sai na porrada na rua. Aliás, aqui dentro deste Plenário, com dois colegas. Os dois não estão aqui; eu não quero nem falar o nome da pessoa que veio aqui apartar. Deputado Lidio Lopes, vamos colocar os pingos nos "is"; tenha espírito altruísta, tenha humildade e reconheça a virtude dos outros. Só Vossa Excelência acha que tem a palavra final.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Convença a sua irmã para aceitar a derrota, meu irmão, e não ficar todo dia gravando vídeo para...

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Você queria que ela fosse elogiar a sua esposa? Era o que faltava. Eu acabei de dizer: nós estamos vivendo a inversão das coisas neste país. Você queria que ela fosse homenageá-la, estender tapete vermelho? Pare com isso. Vossa Excelência está no lugar errado. Você quer que ela diga que está tudo bonito, que a saúde está ótima, que as mães atípicas estão felizes? Continue assim, que todo mundo aqui está aplaudindo o comportamento de Vossa Excelência. Deputado Pedro Kemp, quero finalizar dizendo o seguinte: como não quero entrar no mérito pessoal do lado de juiz nenhum, mas uma coisa é certa: todos eles ratificaram no verbo. Está tudo gravado da forma como aconteceu, e todos nós aqui sabemos. O que não dá, o que me chamou atenção, é você homenagear, é você enaltecer algo que está comprovado, através de pix, como ilícito. É isso que me chamou atenção. E, se isso for certo, se isso for correto, então, sinceramente, gente, é o fim do fim. É o fim do fim. Então, senhor presidente, quero deixar registrado: o que me chamou aqui foi a última frase do deputado Lidio Lopes, em tom pejorativo e discriminatório, quando Vossa Excelência disse: "Aceita que dói menos." Isso é conversa? Que conversa é essa? Conversei com várias pessoas que trabalham aqui, deputado; e é triste dizer isso, eu não gostaria de estar falando isso. Foi isso que me chamou atenção e, por essa razão, estou aqui. Mais uma vez, digo: o deputado Gerson Claro é testemunha do que estou dizendo; comentando sobre essa questão do Judiciário, eu disse: "não quero tocar nesse assunto." Quando eu adentro aqui, Vossa

Excelência, com esse comportamento, na minha visão — me perdoe se eu estiver errado —, tem uma conduta totalmente equivocada e desrespeitosa não só para comigo, mas para com todas as pessoas que apoiaram a Rose, não só os colegas deputados, mas muitos que trabalham aqui, e um terço da população. Um terço não acreditava em mais nada: cento e oitenta e seis mil pessoas não foram às urnas. Eu torço para que a esposa de Vossa Excelência, a prefeita, não apenas tape os buracos, mas tire Campo Grande dos buracos — inclusive ontem eu estourei um pneu, para Vossa Excelência saber; eu e mais pessoas — e realmente vá bem. Eu amo esta cidade, deputado. Cheguei aqui antes de Vossa Excelência; estou aqui há quarenta e cinco anos, e quero que esta cidade vá bem. Mais da metade das minhas emendas estão em Campo Grande. Eu amo esta cidade, e tudo o que conquistei foi aqui. Mas eu não posso admitir... Se Vossa Excelência fizer uma pesquisa de forma justa, vai comprovar que ninguém ficou feliz e ninguém concordaria com esse comportamento, que na minha visão é discriminatório e tem dupla conotação: “Aceita que dói menos”. Isso me entristeceu e me provocou a vir aqui fazer estes comentários sobre essa decisão. Está nos autos. São duzentas e quarenta e uma páginas, às quais eu tive acesso; há pix, e não é de um contratado, daqueles que a gente sabe que são contratados na época da campanha; são pessoas de dentro. E o pix está na moda; o que não pode ficar na moda é a gente concordar e normalizar aquilo que é ilícito, que fere frontalmente a lei eleitoral, principalmente no seu artigo 41. Isso não podemos aceitar. Nós não podemos aceitar um comportamento como esse. Peço perdão se eu estiver errado, mas eu não poderia deixar de fazer esse comentário a respeito dessa decisão que está nas mãos de Deus. Você mesmo deu uma entrevista lá e falou: “Deus é justo, Deus é fiel.” Ele, sim, é fiel e sempre será fiel. Aliás, não gosto nem de colocar Deus num negócio desse, até porque Deus nunca compactuou com a ilicitude. Deus nunca vai compactuar com aquilo que é errado. Nós é que erramos, e Ele nunca vai compactuar com a injustiça, porque Ele é a própria justiça. Então, me perdoe a franqueza, mas eu não poderia deixar de falar. Ontem, vários colegas disseram: “E aí, deputado, você não vai falar nada?” Eu não vou citar nomes por uma questão ética, mas é que ontem não deu tempo. Até porque, pelo que conheço de Vossa Excelência, mesmo se pedisse um aparte, Vossa Excelência não me concederia, porque o tempo já estava se esgotando. Aí veio a Ordem do Dia. Que bom que Vossa Excelência veio, porque é ruim falar nas costas das pessoas. Eu comentei com o deputado João Henrique: “Eu gostaria que o Lidio estivesse aqui”. Isso me deixou triste, meu irmão. Que bom que Vossa Excelência estava ouvindo, porque o teu nome ainda não estava registrado aqui. E quero deixar registrado nos anais desta Casa, senhor presidente, a minha tristeza e indignação. Respeito a justiça, e nós não podemos agir como alguns têm feito por aí: “Ah, vamos fechar isso, fechar aquilo.” Não! No Estado Democrático de Direito, vou fechar a justiça? Em nome do quê? Aí é tirania, aí é ditadura. Isso não é democracia. Jamais estarei afrontando a justiça, tanto é que, quando você se sente lesado, você recorre e chega até os “finalmentes”. E, se não resolver lá, tem outro Supremo: o STC, “Supremo Tribunal do Céu”. Aí é com ele. Então, quero aqui agradecer ao deputado Pedro Kemp pelo tempo, e deixo registrado aqui o meu sentimento por tudo aquilo que está acontecendo. Volto a dizer: não é só o jurídico, as pessoas mais simples de Campo Grande não estão entendendo como ratificaram, nos autos, uma prova com nome — as pessoas ligadas diretamente com pix —, e os juízes dizem que realmente aconteceu, mas não houve

anuência. Então, em outras palavras, tacitamente, o que está posto no nosso estado, principalmente em Campo Grande, é: pode comprar o voto, desde que não seja o governador, desde que não seja o prefeito ou prefeita. Esse é o sentimento. Se eu estiver errado, que me corrijam. Esse é o sentimento que eu tenho e que está no coração de gente formada em Direito e de gente simples da nossa cidade. É o que eu tinha. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Ainda no Grande Expediente, com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Vossa Excelência disporá de trinta minutos.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — sem revisão do orador — Senhor presidente, nobres pares, nobres colegas, usei essa tribuna no dia de ontem para enaltecer e parabenizar o TRE de Mato Grosso do Sul pela decisão e para fazer justiça. Justiça, porque vivemos em um país democrático. Foi uma eleição com mais de doze mil votos de diferença, não foi uma eleição de quatrocentos e doze votos, como ganhou o ex-prefeito e ex-governador André Puccinelli do nosso colega deputado Zeca do PT, por quatrocentos e onze votos em uma eleição apertada onde essa quantidade fazia a diferença. Agora foram mais de doze mil votos, uma margem avantajada em uma eleição onde uma candidata dizia que nem haveria segundo turno, e outros diziam que ela ganharia no primeiro turno. Foram para o segundo turno, estive o tempo todo em primeiro lugar nas pesquisas e ganhou a eleição com mais de doze mil votos de diferença. Então, eu enalteci o TRE por ter mantido o processo democrático que aconteceu em Campo Grande, com muita tranquilidade e muita responsabilidade diante de tudo isso. Disse ontem, na minha fala — e não tive tempo de conceder o aparte ao deputado Zeca do PT, porque eu só tive dez minutos —, que todo o desenrolar do processo envolveu uma pessoa citada aqui pelo colega, o chamado Tião da Horta. Esse Tião da Horta é um senhor lá da Moreninha, que hoje preside a Associação de Moradores do Jardim Carioca ou de algum outro bairro. Esse senhor, em seu depoimento em juízo, relatou todo o processo: recebeu um pix da Simone, que era lotada e nomeada na prefeitura. Ela fez um pix para que ele pegasse quatrocentos reais para ele, e o restante era para comprar votos. E todo o desenrolar do processo se deu; depois ele foi ao comitê, viu várias pessoas com envelopes e tudo mais, mas não trouxe nada que provasse, somente o pix que ele recebeu. E é verdade: a Simone fez esse pix para ele. E eu disse ontem, aqui, que a Simone trabalhou na Subsecretaria de Articulação Social e Assuntos Comunitários (Suasc), onde o ex-vereador Chiquinho Telles era subsecretário. E esse Tião da Horta apoiava o Chiquinho Telles e o Beto Pereira no primeiro turno. É natural que muitas pessoas apoiem um candidato a vereador e outro candidato a prefeito; isso é natural dentro desse processo, mesmo porque o irmão do Chiquinho Telles apoiava o Beto Pereira e, no segundo turno apoiou Rose Modesto. Nós entendemos isso como um processo natural. Agora, o que eu disse ontem, e que foi o entendimento do juiz, é que — no vídeo editado que passaram no TRE — não colocaram a fala do Tião da Horta, nem o questionamento no momento em que o juiz perguntou para ele: “Esse áudio apresentado nos autos é seu?”. Ele confirmou: “É meu.” E aquilo, obviamente, juntamente com outros dados que havia no processo, fez o juiz entender: “Como é que alguém dá dinheiro para a pessoa comprar voto para outra candidata?” Então, foi esse o sentimento

que houve no TRE, nas decisões de primeiro grau e do promotor. Ninguém trouxe nada. Colocaram umas reuniões forjadas, que reúnem pessoas numa sala e falam em compra de voto, mas ninguém trouxe um vídeo mostrando entrega de dinheiro, como já vimos: vídeos de pessoas colocando dinheiro na cueca, no calção, na meia, no seio e em tudo quanto é lugar. Ninguém trouxe nenhum vídeo que materializasse essa acusação. O que o juiz de primeira instância, um juiz muito competente que ouviu todo mundo, — doutor Ariovaldo — entendeu foi que as provas trazidas nos autos eram inconsistentes para condenar e para anular uma eleição feita pelo processo democrático. Foram essas questões que eu trouxe para cá. Agora, quando eu falo — e repito a frase — “Aceita que dói menos”, é por causa do enfrentamento que temos tido diariamente. Nós temos um ex-prefeito que hoje está na Câmara e que, com dor de cotovelo, diuturnamente fala coisas, entrou com a ação, e fez parte dessa ação com o partido dele, o PDT. E ainda temos a candidata derrotada, que grava vídeos diariamente. Não quero que me elogie, mas, se quiser fazer oposição, faça. Diga claramente que vai continuar fazendo oposição, porque é importante para o seu público. Tranquilo, nós aceitamos. Agora, tem coisas que eu vou rebater. Somos muito tranquilos com relação à eleição. Nós não quisemos entrar com ação, inclusive eu disse isso ao advogado. Nós ganhamos, então não havia motivo para entrar [com ação]. Você entra para tentar anular uma eleição. Mas nós devíamos ter entrado. Sabem por quê? Porque nós apanhamos muito. Mexeram com a minha vida pessoal, tentaram forjar um vídeo contra mim, forjado dentro do meu escritório, como se eu estivesse negociando, barganhando com um empresário; tentaram macular minha vida. Eu tive um mandato de vereador e quatro mandatos de deputado. Tenho uma vida ilibada, e nunca me envolvi com nada. E aí entraram dentro do meu escritório, eu conversando com empresários, gravaram um vídeo que não tinha nada de errado, muito pelo contrário: havia uma pessoa discutindo comigo, pedindo cargo na prefeitura, e eu falei “A prefeita não tem cargos para dar, e até está fazendo cortes”. Então a pessoa se exaltou comigo, e eu pedi para “baixar a bola”, baixar o tom. E eu liguei apenas para um secretário e disse: “O fulano de tal está com problema, recebe ele aí!” Mas foi como se eu tivesse feito coisas escusas. Então, a pessoa entra no carro, com o celular, e fala: “Olha, aquele problema dos três milhões e setecentos mil nós vamos receber; e aquele um milhão vai continuar?” Um vídeo fajuto, fraudulento, tentando macular minha vida. Quando eu era vereador, e o prefeito da cidade se chamava Nelsinho Trad, na região do Carandá existiam uns lotes, umas parcelas diárias de dois metros por cem metros. Ele falou: “Foi desafetar isso. Os lindeiros que tiverem interesse, comprem.” E havia inúmeras áreas, sendo que mais de duzentas foram enviadas para a Câmara. Dentre essas áreas existia uma pequena parcela que fazia limite com um terreno meu, onde eu estava construindo minha casa. Para mim, era importante, porque havia uma árvore frondosa nesse terreno e uma árvore frondosa dentro da minha área; e o meu muro passava no meio. Se eu fizesse o muro e a pessoa subisse na árvore, pulava dentro da minha casa. O prefeito mandou desafetar todas as áreas e levou para pracear. Foi feito o praceamento. À época, eu pedi para a Adriane ir lá acompanhar. Eu dei o lance, um vizinho foi lá e deu outro lance, então o valor ficou alto; então eu pedi para parcelar em dez vezes. Então comprei, paguei e escreturei essa área. Essa área, então, veio para discussão na campanha, em que a candidata derrotada trouxe no debate, falando: “E a área pública que vocês invadiram, onde está a sua casa?” Ou seja, tentando ali, de todas as

formas, macular a vida da gente; e a gente tem que ficar quieto e aceitar tudo. E aí a prefeita disse o seguinte: "Se existiu coisa errada em uma área que foi praxeada, leiloadada, paga, quitada e escriturada, Vossa Excelência é conivente, pois Vossa Excelência era vereadora na época e votou pela desafetação das áreas". Então, é muito fácil trazer, colocar o nome da gente e macular. Vossa Excelência falou de fake news. Nós derrubamos noventa e seis fake news colocadas pela candidatura de vocês, e quatro sites nós derrubamos do ar. Então, é muito fácil só trazer aqui os problemas do outro lado. É muito fácil fazer isso, mexer na vida pessoal das pessoas. Nós sempre respeitamos, sempre respeitei Vossa Excelência e sua irmã, nunca envolvi nada. Eu falei que, pela forma que nós tocamos a campanha, poderíamos ter feito algo mais: tínhamos documentos, vídeos e provas suficientes para entrar e derrubar a candidatura, e para tornar, inclusive, a candidata inelegível dali em diante, mas nós não fizemos isso. Vossa Excelência falou de um pix, mas eu tenho inúmeros comprovantes, de centenas de pixes que foram feitos naquela adesivagem que vocês fizeram na avenida Afonso Pena, e que pararam a avenida. Nós temos comprovantes e temos tudo mais. Isso poderia torná-la inelegível, inclusive, mas nós não quisemos fazer, porque nós ganhamos a eleição. Então, é muito fácil usar uma tribuna e falar. E ontem não deu tempo, mas tudo se apegou na decisão judicial nesse áudio. [Apresentação de áudio]. De quem é esse áudio? Tião da Horta, o homem que recebeu o pix de mil e duzentos reais. Quando o juiz colocou esse áudio para ele, perguntou: "Esse áudio é seu?" Ele falou: "É meu, fui eu." E confirma que pediu o voto. Como é que o tribunal, como é que o TRE vai julgar uma eleição? Gente, nós não estamos falando de uma cidadezinha do interior com quatro mil, cinco mil eleitores. Nós estamos falando de uma cidade que se aproxima de um milhão de habitantes, uma capital do estado. Como um pix de mil e duzentos reais vai anular uma eleição? Esse foi o entendimento do Judiciário em primeira instância e foi o entendimento do TRE, que julgou e entendeu que não cabia acatar o recurso. Então, se isso não bastasse, sabe... [Falha no áudio]. Não. Tem outra que foi convidada para uma reunião — bem esclarecido pelo desembargador Sérgio Martins — onde disseram para ela: "Vá para a reunião que você vai ganhar cem reais." Era uma reunião de mil pessoas, ou seja — bem colocado pelo desembargador Sérgio Martins —, uma reunião que não tinha a prefeita, nem a candidata a prefeita e nem a candidata a vice. Ou seja, hoje, para juntar cinquenta, cem pessoas em uma reunião, no mundo político, não é fácil. Imagina você ter lá mil pessoas e ninguém pedir voto! E aí, nessas mil pessoas que estavam lá recebendo cem reais, era impossível que alguém não gravasse alguém pagando dinheiro, alguém soltando dinheiro e fazendo essas coisas. No mundo tecnológico de hoje, qualquer reunião que você faça as pessoas estão gravando com celular e tem tudo comprovado. Então, nesse sentido, foi entendimento do tribunal: não se justificava uma reunião em que, se havia mil pessoas ganhando cem reais, são cem mil reais distribuídos apenas em uma reunião. E prova nenhuma veio. Ou seja, era muito fácil! Tem um — e eu não lembro agora o nome do senhor, mas acompanho nos grupos de WhatsApp — que é uma das pessoas que mais critica a prefeita. Ele foi lá e disse, em depoimento, que ganhou; inclusive, ele coloca nos grupos que é ligado a Vossa Excelência. Ele falou: "Trabalho no grupo do deputado Professor Rinaldo." Eu não sei se é verdade, mas ele mesmo declarou isso lá. E esse senhor é quem mais publica. Então, como posso acreditar em uma pessoa que diz ser ligada ao deputado Professor Rinaldo e que vai depor dizendo que recebeu dinheiro para comprar voto? Que

credibilidade tem uma pessoa assim? É muito fácil chegar lá e dizer: “Olha, foram lá e me pagaram duzentos reais pelo meu voto!” E aí? Que comprovante eu tenho de que é verdade que alguém foi lá e fez tal coisa? Nos vídeos, que soltaram nas redes sociais, alguém diz: “Ah, mas os títulos foram recolhidos. Cadê os títulos? Não vão devolver nossos títulos? Cadê? Essa prefeita Adriane tem que se arrebentar!” E, ao olhar, vemos quatro ou cinco pessoas dentro de uma sala, alguém gravando e outro falando lá na frente. Gente, que prova é essa? Que materialidade existe nisso? As pessoas jogam palavras ao vento e citam nomes; então são provas muito inconsistentes. Eu atuei por vinte e cinco anos na Advocacia Penal, portanto sei exatamente como isso é feito. Eu fui ao TRE, em primeiro lugar, como advogado, pela minha formação. Sou advogado e fui realmente assistir ao julgamento. Temos aqui um colegiado do TRE respeitado. Vocês acham mesmo que a presença de alguém, indo assistir a uma sessão plenária, tem por objetivo causar constrangimento ou ameaçar alguém? Eu fui para acompanhar, por ser advogado, e queria ouvir. Trouxeram um ex-ministro do TSE para apresentar argumentos e fazer sustentação oral. Sou curioso no mundo jurídico, então fui lá para escutar o que esse ex-ministro teria de tão forte para trazer de argumento dentro do sistema, que – confesso a vocês – ficou longe da fala dos nossos advogados aqui de Campo Grande. Então, estão tentando, de todas as formas, envolver ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral para dizer: “Olha, eu estou aqui e nós vamos recorrer até as últimas instâncias para tentar brigar!” Isso sim é pressão. A presença de um advogado, que advogou por vinte e cinco anos e que hoje está, pela vontade de Deus, no quarto mandato de deputado estadual, não causa constrangimento. Eu acho que constrange quando trazem um ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral para fazer sustentação oral no plenário do nosso TRE. “Olha, temos aqui uma pessoa de nome, de peso, para se impor!” Isso, sim, é tentar pressionar o nosso Parlamento: dizer que vão até a última instância. Eu fui por curiosidade, não fui para constranger ninguém. Desde que a prefeita foi eleita, ela sofreu duas ações que foram julgadas inconstitucionais. Isso estava atravessado na garganta, porque fui inserido em duzentos e oitenta e sete grupos de WhatsApp, como se alguém quisesse dizer: “Fica aí, para ver as pessoas batendo na tua mulher! E sem poder sair!” Porque, se eu sáísse, iriam dizer: “Olha aí, o covarde não aguentou e saiu!” E diuturnamente, os grupos encomendados batiam nela e faziam com que eu ficasse ouvindo e acompanhando, para depois poder comentar. Eu não tenho dúvida, e por isso gritei lá naquela hora. Primeiro, eu glorifiquei a Deus por estar lá, e por estar saindo daquele momento; e dei uma baita “glória a Deus” no saguão do TRE, e finalizei dizendo: “Chupa essa manga! Aceita que dói menos!”, porque cada vez mais vai doer no bolso, tendo que recorrer. Vão gastar até a última moeda para contratar advogados, ou quem quer que seja. Deus não vai permitir tirar daquele lugar alguém que Ele colocou. Se a Adriane está lá hoje, como prefeita, foi pela vontade de Deus. Deus a colocou ali, contra tudo e contra todos. Nós fomos e ganhamos uma eleição apanhando. Mexeram na nossa vida pessoal, tentando macular minha vida e a vida da minha esposa, seja nos debates, seja nas redes sociais, com fake news. Então, quem fez fake news não fomos nós; nós é que fomos atacados. Foram noventa e seis fake news derrubadas no TRE e quatro sites tirados do ar, pois atacavam diuturnamente na nossa candidata, a prefeita eleita Adriane Lopes. Então, senhor presidente, apenas para esclarecimento e, para finalizar, trago aqui um outro áudio do Tião da Horta. [Execução de áudio]. “Parabéns pela sua prefeita...” Ou seja, o Tião da Horta ligou

para a Simone, que fez o pix para ele, parabenizando-a pela vitória da prefeita, pois a candidata dele era a Rose Modesto. Com tudo isso, era muito fácil dar mil e duzentos reais para o Tião da Horta comprar voto, o que "fez diferença" para mudar o placar das eleições em Campo Grande. Eu vou dizer uma coisa aos senhores: eu sempre monitorei pesquisas com dois institutos de fora, porque em Campo Grande não conseguimos um instituto para fazer pesquisa para nós, porque mostravam outra realidade. Quem não estava com o Beto, estava com a Rose; nós não conseguimos. Mas eles tinham tanta certeza, que um dono de instituto foi lá, no dia da eleição, e parabenizou a candidata Rose Modesto pela eleição: "Parabéns, candidata Rose Modesto, pela sua eleição como prefeita de Campo Grande; o sufrágio mostra isso". Era um instituto com histórico de erro em catorze municípios de Mato Grosso do Sul. Um instituto de pesquisa que veio aqui, errou no primeiro turno e, vergonhosamente, errou no segundo turno. Um instituto que nunca me colocou nas pesquisas dele e sempre dizia que eu não ganharia; e em todas as eleições que ganho, ele fala para minha equipe: "O único que eu errei foi o deputado Lidio Lopes; o resto eu acerto". Soltou uma pesquisa esta semana, e me colocou em "rabagésimo" terceiro lugar. Beleza! Pelo instituto dele, eu mesmo não entraria nas pesquisas. Mas eu sei o trabalho que faço por Mato Grosso do Sul e, se a população do meu estado entender que devo voltar para um novo mandato, quero estar presente; se não quiser, volto para casa, volto para o Tribunal de Contas — onde sou concursado — e vou trabalhar. Agora, esse instituto vendeu, infelizmente, para a candidata derrotada a ideia de que ela ganharia a eleição no primeiro turno. Foi mostrando os dados, mas nós encontramos um instituto que trabalhasse conosco, e todos disputavam contra a gente. Agora, se os colegas — deputados Paulo Duarte, Caravina, Junior Mochi, Marcio Fernandes e Jamilson Name — quiserem confirmar, podem dizer: quinze dias antes do primeiro turno, eu disse a eles: "A Adriane vai chegar em primeiro lugar no primeiro turno; não sei contra quem, se Rose ou Beto". Na época, as pesquisas indicavam que seria a Rose, mas a Adriane chegaria em primeiro lugar. Uns riram de mim. Eu disse: "Eu tenho números também." E o que aconteceu? A Adriane chegou. No segundo turno eu disse: "Ela vai ser prefeita". Porque nós tínhamos números. Eu tenho um instituto que me acompanha desde que iniciei na política; ele monitora para mim, e monitorou a campanha do Marquinhos e da Adriane em 2016; também monitorou a reeleição deles em 2020. E nunca errou. Monitorou também a campanha do Marquinhos e do deputado Zeca do PT para governador, da qual participei. E ele sempre indicava o crescimento, inclusive quando houve estagnação e não havia mais chance, ou seja, nunca errou. Fechei pesquisas na quinta-feira, que davam números muito interessantes para nós, e com dois institutos de fora, que eu tinha contratado, mostrando que ganharíamos bem. Era para ganharmos a eleição com mais de trinta mil votos. Mas, então, a "operação" entrou pesado, muito pesado, a ponto de causar desespero em nossa equipe, que me ligava à noite: "Lidio, pelo amor de Deus, manda alguém para cá, está uma loucura aqui no bairro; manda alguém para cá fazer alguma coisa!" No dia da eleição, se eu mostrar para vocês os vídeos, havia pessoas com ele, que andavam com uma coleção, uma pilha de crachás, pegando fiscais "a laço" e colocando-os dentro dos colégios eleitorais, nas urnas. Foi uma vergonha o processo ocorrido. Mas, para alguns, o erro é só nosso. "Foi a prefeita que comprou a eleição!" Eles não olham para o outro lado para ver o tamanho e a forma como tudo aconteceu. Nós monitorávamos tudo, e tínhamos dados que comprovavam tudo. Então, quando eu

parabenizei o TRE de Mato Grosso do Sul pela sua decisão, foi por respeitar o processo democrático e a vontade popular, que colocou a prefeita Adriane Lopes como prefeita eleita e a Camila Nascimento como vice-prefeita, com duzentos e vinte e dois mil, seiscentos e noventa e nove votos; ou seja, mais de doze mil votos de diferença. É como se fosse 100% de uma eleição do interior do estado. Então, não existe eleição apertada com mais de doze mil votos. Se realmente tivéssemos comprado votos e revertido uma eleição dessa... Todos os técnicos que estudam compra dizem que de cada dez votos que, em tese, se compra, você tem um aproveitamento de 40%. Ou seja, de cada dez, você pode contar com quatro. Então, para ter doze mil votos de diferença, teríamos que ter feito muita coisa. E nós teríamos mais de trinta mil votos na frente, se não fosse uma operação que começou sexta, adentrou o sábado e perdurou até domingo de manhã; uma coisa gigantesca, tremenda. Só em um veículo foram apreendidos mais de cinquenta mil reais em espécie, comprando voto. Essa foi a campanha que nós enfrentamos e tocamos em Campo Grande. É muito fácil... Durante a campanha, eu estive aqui, curvei o lombo, aguentei, não trouxe para discussão, não fiquei discutindo, porque tudo é “a sua mulher; vai falar sobre a mulher”, e nós aguentamos. Tem hora que a gente apanha, apanha, apanha, mas chega um momento em que alguém reage. Eu atuei muito no tribunal do júri. Uma decisão que me impressionou foi o de um jovem, na cidade de Amambai. Ele era deficiente e parava no canto da praça, pedindo dinheiro. Todos os dias, passava um cidadão e falava assim: “E aí, aleijadinho, pedindo de novo?” E passava, e passava, e passaram anos dessa forma: “E aí, aleijadinho, pedindo de novo.” Um dia, esse cidadão, o “aleijadinho”, estava em um dia ruim, infelizmente levantou com uma faca e esfaqueou aquele cidadão. Esse cidadão veio a óbito. E esse “aleijadinho” foi para julgamento. Nas iniciais, o advogado começava: “Excelentíssimo senhor fulano de tal, meritíssimo juiz da comarca.” E fazia as denúncias. Ele parava, voltava e dizia: “Excelentíssimo senhor juiz de Direito da comarca, presidente do tribunal do júri.” E continuava. Quando ele falou a sexta vez, o juiz falou assim: “Doutor, Vossa Excelência vai se manifestar ou não?” E o advogado sabiamente respondeu: “Aí, senhores do Conselho de Sentença, em apenas seis vezes, a Sua Excelência que preside este tribunal já se irritou. Imaginem uma pessoa que passou anos a fio sendo provocada. Será que ela não tinha o direito de um dia, estando mal, acabar esfaqueando quem mexia com ela diuturnamente?” Então, o que eu quis dizer com isso? Que a gente apanha, apanha, apanha, mas chega uma hora em que isso também dói no lombo; e daqui para frente, eu vou revidar, seja aqui, seja na Câmara de Vereadores. Eu vou revidar, e vou trazer com dados. Eu não agredi nenhum colega aqui, muito pelo contrário. No dia do debate da última eleição, era quinta-feira, véspera de eleição, aqui na sessão, um colega aqui se referiu a mim, a respeito da minha cunhada, que está lá; e não existe nada de ilegal com relação a isso, pois ela trabalha na prefeitura, foi nomeada, inclusive, pelo ex-prefeito Marquinhos Trad. Ela estava lá. Ela recebeu — o que eu acho errado — mas reconheço que existe uma legislação para isso. Eu entendo o município, entendo que o servidor trabalha em um setor, e é exonerado para ser nomeado em outro cargo. Ele então tem de receber seus direitos, seus acertos; ele está sendo nomeado. Mas a legislação de Campo Grande diz que tem que ser indenizado para aquele cargo, para daí ser nomeado no outro. Minha cunhada estava lá no cargo, foi indenizada, recebeu setenta e oito mil reais pelo cargo de secretária que ela tinha, aí foi nomeada em outro cargo. Isso foi colocado aqui pelo colega, que não está presente, mas

eu gostaria de falar na frente dele também: não tem problema algum. Ele veio aqui e questionou o acerto que ela tinha feito. E eu, na hora, revidei: "Na verdade, ela ficaria com vergonha diante do valor que Vossa Excelência recebeu: mais de trezentos mil reais". E assim foi com todos os valores que as pessoas recebiam. Eu tenho o hábito de cumprimentar todas as colegas aqui...

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Deputado Lidio Lopes, Vossa Excelência dispõe de um minuto e vinte e sete segundos.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Vou encerrar agora. As colegas aqui sabem que eu tenho o hábito, diuturnamente, em todos os dias de sessão, de passar aqui e cumprimentar as colegas. E, quando passei para cumprimentá-las, uma delas me disse: "Eu gostaria de ter um cargo desse, secreto, para receber um valor desse." Eu falei: "O deputado Pedrossian Neto sabe onde consegue." Naquela hora, ele veio — se você assistir ao vídeo vai ver — e pegou no meu braço. Quando ele pegou no meu braço, eu peguei no ombro dele. Quando peguei no ombro dele, ele me empurrou. Quando ele me empurrou, eu perguntei: "Ué, Vossa Excelência está querendo brigar?" E eu disse: "Se prepara, que na semana que vem eu vou debater com Vossa Excelência. Eu vou arrebentar Vossa Excelência aqui na tribuna, pelas coisas que Vossa Excelência falou." Aí, ele foi lá na delegacia abrir um boletim de ocorrência contra mim, dizendo que eu o ameacei. As colegas estavam aqui e viram que eu não ameacei ninguém. Eu não agredi ninguém, deputado Professor Rinaldo, porque respeito as pessoas. Pegue o cenário das coisas, acompanhe, Vossa Excelência vai ver que eu respeito todo mundo, respeito o Parlamento e respeito a vida de todos. Fui vereador por um mandato e estou no quarto mandato de deputado. Eu nunca fiz campanha criticando alguém. Eu falo de mim, quais são meus objetivos, meus projetos, e o que quero defender neste Parlamento. Nunca precisei denegrir a imagem de ninguém, nem pisar em ninguém para usar como trampolim para crescer. Essa é a minha vida, essa é a minha postura, e essa é a postura da prefeita Adriane Lopes. Agora, por ser uma mulher, ela é discriminada diuturnamente nesta cidade. Meu tempo esgotou, mas em outra oportunidade eu vou dizer mais. Mas não tenho dúvida: ela está arrumando a casa, e não tenho dúvida de que, ao finalizar o mandato dela, em 2028, será uma das melhores gestoras que esta cidade já viu, por trabalhar com muita lisura e com seriedade naquilo que é público, para atender a população de Campo Grande. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Ainda no Grande Expediente, com a palavra, o deputado Roberto Hashioka. Vossa Excelência disporá de onze minutos improrrogáveis.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — — sem revisão do orador — Bom dia, presidente, Mesa Diretora, caros deputados, deputadas, senhoras, senhores e aqueles que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS. Venho a esta tribuna para debater um assunto também pautado nas eleições e, logicamente, eu me restringirei aos onze minutos, mesmo porque é um tema que me constrange, um assunto que me

chateia. Eu faço política desde 1994 e, em campanha política, você enfrenta muitas adversidades. Eu sou calejado com isso, mas, quando você tem a sua esposa disputando as eleições, sofre muito mais. Não estou aqui comparando com a situação do deputado Lídio, até porque o deputado Professor Rinaldo teve a irmã dele, eu tive a Dione, que já foi deputada aqui durante dois mandatos e um terceiro como suplente. Ela enfrentou as últimas eleições municipais em Nova Andradina e não foi vencedora. Às vezes, por conta de ter sido prefeito de uma cidade, digo a ela: "foi vontade de Deus você perder as eleições". Mas, em Nova Andradina especificamente, passam-se os dias e a gente não consegue ficar quieto, porque foi uma eleição na qual ela liderou as pesquisas o tempo todo. A todo instante, tivemos que ficar bem restritos, porque ela não aceitou fazer — e mulher é assim — ela não aceitou fazer conchavo, conluio. Tivemos propostas de alguém que queria se indicar a vice. Ela achava que não era o vice ideal, então ela declinou de coligações, buscando fazer uma eleição em que, vitoriosa, não teria os compromissos que acabam acontecendo, dificultando e, às vezes, comprometendo até o sucesso da administração. Mas liderou as pesquisas até o último momento, porém enfrentou uma campanha sórdida, suja, violenta, criminoso. Montaram lá uma milícia digital para combatê-la, uma mulher com mais de sessenta anos. Aquilo batia nela, dia e noite, sem perdão; tinham que ganhar a eleição sob qualquer circunstância, sem escrúpulos, e utilizando-se de meios de comunicação pagos com recursos públicos, colocados aí para receber recurso público para fazer campanha, uma campanha sórdida. E, nesta semana, um desses malfeitores foi condenado: foi condenado a quatro anos e oito meses de cadeia e a pagar uma indenização de vinte mil reais para a Dione. Na realidade, o dinheiro, se eventualmente transitar em julgado, tenho certeza de que a Dione poderá distribuir para alguma entidade. A condenação, ser condenado a quatro anos, para um cidadão dessa estirpe não significa nada, e, para nós também, pois não temos nenhum desejo de ver alguém preso. Agora, o que nós desejamos é que a justiça seja feita; isso nós desejamos. Não se pode, em política, apelar, não ter escrúpulos para se fazer campanha visando ao poder a qualquer custo. E um jornal, um site de Nova Andradina publicou uma matéria, porque, lá em Nova Andradina, aconteceu até o imponderável. O imponderável é que nós havíamos contratado uma empresa aqui de Campo Grande para fazer pesquisa na cidade, e essa empresa tinha um coordenador com mais sete ou oito assessoras que faziam o trabalho nos bairros, utilizando-se de oito ou nove celulares. E uma tragédia acabou acontecendo: no sábado de manhã, no sábado que antecedia o domingo das eleições, esse coordenador amanheceu morto no hotel em que estava hospedado. Nós contratamos uma empresa que mandou um coordenador, não temos conhecimento da vida da pessoa, e, num primeiro momento, foi pautado pelas investigações iniciais, que poderia se tratar de suicídio. Assim o dia foi passando, nós ficamos tranquilos, não tínhamos nada com isso. No sábado à noite, com as eleições prestes a acontecerem na manhã seguinte, um site do município de Bataguassu colocou uma matéria dizendo que aquele rapaz que estava lá com os celulares era o organizador de fake news contra o candidato adversário. Logo, imediatamente, um site de Nova Andradina publicou uma matéria também, colocando: "Homem encontrado morto em quarto de hotel pode estar ligado à distribuição de jornais de cunho difamatório contra Doutor Leandro". E dizia aqui que nove aparelhos estavam submetidos à análise judicial, enfim, como se desse a entender que todos aqueles telefones que ali estavam eram para

distribuir fake news, para fazer campanha difamatória. Logicamente, entramos na Justiça, mesmo porque não era verdade. E a juíza eleitoral — a quem faço questão de reconhecer o trabalho —, a partir da petição do advogado do partido, determinou que as matérias fossem retiradas dos dois sites, porque não se poderia acusar assim; não havia prova nenhuma do que estava sendo dito. O que havia era um rapaz, que trabalhava na campanha de Dione, que tinha um exemplar ou dois exemplares do jornal que trazia uma matéria que não era fake news. No jornal, a matéria dizia que o candidato que estava disputando as eleições respondia a um processo de associação criminosa, formação de quadrilha e apropriação indébita. Ele respondia a esse processo. Tanto é que o Correio do Estado publicou essa matéria, eles entraram pedindo retratação, mas o TRE não concedeu retratação, porque a matéria era verdadeira. E a juíza pediu para o site tirar a notícia. Mas o estrago já estava feito, porque a cidade toda viu uma tragédia, alguém se enforcou — como lá aconteceu —, e a cidade estava naquela turbulência. O que a Dione tem a ver com isso? Já estava feito o estrago. Mas, não obstante a decisão da juíza, tanto o site de Bataguassu quanto o site de Nova Andradina deixaram de cumprir a decisão judicial. Um deles, inclusive, entrou no TRE com mandado de segurança para derrubar a decisão da juíza; e perdeu. Ao meio-dia, o TRE confirmou que tinha que tirar a matéria. O de Bataguassu tirava do ar, mas colocava no Instagram. Só às 15h — essa eleição do ano passado foi até às dezesseis — é que tiraram todo o material do site. Aí, um site publicou assim: “Perícia desmente o ato covarde espalhado contra Dione por site de Nova Andradina e Bataguassu.” É verdade. A polícia fez a perícia e constatou que os telefones não tinham nada de fake news, e que o rapaz que foi encontrado morto, realmente, pelo que tudo indica, se suicidou, e não havia nada contra ele. Não teve nada comprovado que envolvesse campanha política difamatória, salvo o serviço que eles faziam de pesquisa para a campanha de Dione, pois eles foram contratados e pagos regularmente. Ou seja, mentira deslavada, ato covarde que colocaram nas vésperas das eleições para ganhar. Tanto é verdade que a juíza lá cassou o mandato de quem estava lá como vencedor, porque não foi só isso, foram muitas outras coisas. Tanto é que estão cassados e vão ser julgados aqui no TRE, a quem espero que faça justiça, porque disputar as eleições todos nós podemos, mas ser vítima de fake news o tempo todo, de forma covarde, não. Ainda hoje, um site fez uma publicação distorcendo os fatos, pois ele não reconhece que publicou a matéria. Ele coloca lá os sites de Nova Andradina e de Bataguassu desmentindo. Inclusive, quando coloca o nome Hashioka, eu vou mandar para minha assessoria jurídica para ver se cabe um processo, tendo em vista que eles estão distorcendo, mais uma vez, os fatos e usando o meu nome. Mas era isso que eu queria colocar aqui nesta tribuna. Foi um absurdo o que nós passamos em Nova Andradina, nas eleições de 2024. A Dione realmente não merecia aquilo a que foi submetida: mais do que a derrota foi o desconforto de ser agredida enquanto mulher, mãe, avó, esposa e uma mulher digna, que representou muito bem esta Casa nos mandatos que desempenhou aqui na Assembleia Legislativa. Era isso, muito obrigado.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Só para me manifestar. Eu acompanhei as falas. Acho que nesse debate — com todo respeito aos deputados Professor Rinaldo, deputado Lidio Lopes e Roberto Hashioka —, quando a gente traz esse tipo de questão local para a Assembleia, empobrece um pouco o debate aqui. Mas, com relação a Nova Andradina, eu me sinto na obrigação de falar, porque participei ativamente da campanha e, não é novidade para ninguém, apoiei o Doutor Leandro. Tem algumas coisas que o deputado Hashioka falou que eu preciso esclarecer. Primeiro: o prefeito Leandro não responde a processo de associação criminosa, nem estelionato. Isso não é verdade. É um processo cível. Outra coisa: o Correio do Estado nunca circulou em Nova Andradina. Nesse dia, mais de cinco mil exemplares foram distribuídos em Nova Andradina com a capa destacando que o candidato a prefeito de Nova Andradina estava respondendo a um processo. Não foi só isso: o jornal Boca do Povo apresentou mais de cinco mil exemplares com a mesma capa, nas vésperas das eleições. E também, no quarto onde o rapaz se suicidou, havia exemplares com a mesma matéria. É lógico que isso gerou uma dúvida na população sobre os motivos da morte, mas posso afirmar, com segurança, porque acompanhei a eleição: não foi isso que decidiu o resultado da eleição. O crescimento da campanha do vereador Leandro, hoje prefeito, foi gradativo; foi se fortalecendo dentro do regime democrático, e ele acabou vencendo as eleições. Faço essas considerações porque participei da campanha, e foi exatamente o que aconteceu. Sobre fake news, não vou entrar no mérito de condenação, absolvição. Quanto à decisão judicial, existem duas formas: ou você aceita quando, transita em julgado, ou você recorre, caso haja recurso. Então, a decisão está em grau de recurso. Mas o que posso dizer é que a eleição transcorreu, ele foi eleito, e vão recorrer em segundo grau para julgarem o recurso. Quanto aos sites, acompanho as publicações. As publicações relatavam o que realmente acontecia. E, com relação a fake news em eleição, deputado Professor Rinaldo, não adianta ninguém dizer que é santo, que ninguém fala de ninguém; os dois lados brigam mesmo durante a campanha. Já participei de várias campanhas, já perdi, já ganhei, e — parafraseando a fala do deputado Lidio —: "Aceita que dói menos". Obrigado.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Pela ordem, senhor presidente!

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Pela ordem, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Já que fui citado, em primeiro lugar, quero deixar bem claro que quem trouxe essa pauta foi o deputado Caravina, ao propor uma moção de apoio para os candidatos vencedores. Agora, quanto ao jornal que ele mencionou aqui, sobre cinco mil exemplares, eu tenho certeza de que ele não comprova esse número, nem pelo "Boca do Povo" ele comprova. Ele está apenas chutando esse número. Está chutando os cinco mil exemplares. E eu acho que, na verdade, a imprensa deveria mesmo publicar a história do candidato em quem o povo está votando. Eu disse aqui que ele responde a processo; e ele realmente responde. Não sei se já pagou, talvez já esteja livre do processo; se não pagou o que deve, o prefeito deve estar respondendo ao

processo, então. Tanto é, que o jornal Correio do Estado, quando publicou a matéria — eu tenho conhecimento de que chegaram alguns jornais a mais em Nova Andradina —, era uma notícia que interessava à sociedade nova-andradinense, para que soubesse em quem estava votando. O jornal Correio do Estado publicou a matéria, e eles entraram na Justiça Eleitoral pedindo a retratação do jornal Correio do Estado, que se defendeu e comprovou que a matéria era verdadeira — tanto a matéria do Correio do Estado quanto a matéria do Boca do Povo, que colocava a mesma situação: que respondia a processo por apropriação indébita (não falei estelionato), apropriação indébita, associação criminosa e formação de quadrilha, e, além disso, ocultação de bens não declarados no registro de candidatura a prefeito da cidade de Nova Andradina. Então, não houve nada irregular nas matérias. Agora, o rapaz que foi encontrado morto não fazia parte de nada disso, e o laudo é bem claro: em nenhum momento falei que ele distribuía jornal ou fazia fake news. Se as pessoas gostam de fazer campanha com fake news, não é do meu tipo. Acho que, neste nosso país, ainda mais com o avanço da inteligência artificial, precisamos proibir a ação de bandidos que se utilizam de fake news para vencer eleições. Eu não utilizo isso; faço campanha desde 1994, e a Dione, sendo mulher, jamais se preocupou em fazer fake news. Se alguns admitem que fazem fake news, que meçam sua vida pela régua que têm.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Aviso aos senhores deputados que, se quiserem continuar o debate, poderão fazê-lo nas Explicações Pessoais. Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Solicito ao nobre deputado Paulo Duarte que assuma temporariamente a segunda-secretaria. Consulto o nobre deputado se há quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Duarte - PSB) — Senhor presidente, há quórum para deliberação. Temos vinte e um deputados e deputadas presentes aqui no Plenário e também no Plenário virtual.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Havendo quórum para deliberação, passemos à Ordem do Dia. Antes, porém, quero registrar a presença da senhora Márcia Amaral, prefeita do município de Brasilândia, assim como da vereadora do município de Costa Rica, Rosângela Marçal; dos vereadores Ailton Martins de Amorim; Maurício Gomes de Almeida e José Antônio Lopes Costa, todos do município de Paranaíba. Item 1. Em discussão única. Projeto de Decreto Legislativo nº 004/2025. Autor: Deputado Junior Mochi. O autor do projeto solicita a retirada da Ordem do Dia e a transferência para a próxima sessão. Item 2. Em discussão única. Projeto de Lei nº 101/2025. Autor: deputado Paulo Duarte. "Declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto Internacional de Culturas Afro-Brasileira e Indígena (Incai), com sede e foro no município de Ponta Porã". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, presidente!



PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Eu estou tentando votar, mas não consigo, então quero registrar meu voto favorável.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Registrado o voto da deputada Gleice Jane.

Projeto de Lei nº 101/2025, de autoria do deputado Paulo Duarte.

Presidente — deputado Pedro Kemp (PT).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Duarte (PSB).

Segundo-secretário — deputado Professor Rinaldo (Podemos).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCA DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Duarte - PSB) — Senhor presidente, são dezesseis votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 062/2021. Autor: deputado Lídio Lopes. "Dispõe sobre as exigências da acreditação dos laboratórios pela Coordenação-Geral de Acreditação do Inmetro, na Norma ISO 17025, para emissão de relatórios de ensaios, incluindo a amostragem referente a medições ambientais". A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral 04, tendo como relator o deputado Renato Câmara. A Comissão de Saúde emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral 04, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão...

DEPUTADO LÍDIO LOPES (Patriota) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Com a palavra, para discutir, o autor deputado Lídio Lopes

DEPUTADO LÍDIO LOPES (Patriota) — Na verdade, senhor presidente, eu só quero, mais uma vez, esclarecer esse projeto. Esse projeto virou uma novela aqui dentro, foi protocolizado em 2021. De antemão, quero agradecer ao deputado Professor Rinaldo, que fez a discussão na comissão de mérito e se empenhou muito para a aprovação; ao deputado Caravina, que comprou essa briga na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, fazendo a interlocução junto ao Governo, junto ao deputado Junior Mochi, para que a gente pudesse aprovar este projeto. Esse projeto trata da acreditação das empresas. O que acontece? Às vezes, uma empresa de fora é contratada para fazer um levantamento ambiental, uma certidão ambiental, visando à aprovação, e essas empresas não são acreditadas junto ao Inmetro, não têm dados confiáveis e acabam elaborando esses pareceres. Hoje, com esta aprovação aqui — fruto de um projeto muito discutido com a Universidade Federal e também debatido amplamente com o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul), junto a profissionais —, passa a ser necessário ter essa acreditação junto ao Inmetro, para que as empresas sejam conceituadas e tenham todos os

dados legais para emitir pareceres e laudos ambientais. Quem trouxe e discutiu essa questão foi o professor José Luiz, da Universidade Federal, um professor com vasto conhecimento e que trouxe essa discussão para que, em Mato Grosso do Sul, possamos contar com empresas referenciadas e acreditadas junto ao Inmetro. Por isso é que colocamos o tema em discussão com o Imasul. O Imasul entendeu que era importante, mas demorou um pouco, porque o próprio Imasul precisava se adequar na secretaria, para que pudesse atender; por isso houve essa morosidade. Quero agradecer por esse projeto estar hoje em pauta, e peço aos pares que aprovem esse projeto, pois será um grande ganho para Mato Grosso do Sul, principalmente para as empresas, tendo em vista que Mato Grosso é um estado que, atualmente, preserva muito a natureza, com um vasta área preservada. Portanto, é importante que as empresas que venham emitir laudos e pareceres ambientais aqui em Mato Grosso do Sul sejam realmente credenciadas e elaborem relatórios bem feitos. Era o que eu tinha. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Ainda em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 0062/2021, de autoria do deputado Lidio Lopes.

Presidente — deputado Pedro Kemp (PT).

Segundo-secretário — deputado Paulo Duarte (PSB).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Encerrada a votação. Consulto o segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Duarte - PSB) — Senhor presidente, são dezesseis votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Aprovado. Vai à redação final, por ter sofrido emendas. Item 4. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 280/2024. Autor: deputado Professor Rinaldo. "Institui e inclui no anexo do Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul, o Dia dos Legendários". A Comissão de Educação, Cultura e Desporto emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda de Redação 01, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 280/2024, de autoria do deputado Professor Rinaldo.

Presidente — deputado Pedro Kemp (PT).

Segundo-secretário — deputado Paulo Duarte (PSB).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Encerrada a votação. Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Duarte - PSB) — Senhor presidente, são quatorze votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Aprovado. Vai à redação final por ter recebido emendas. Item 5.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, quero pedir vista do Item 5.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Deputado, há acordo de liderança para votar; não é possível pedir vista neste momento. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 119/2025. Autor: Poder Executivo. "Altera a redação de dispositivos da Lei nº 4.457, de 18 de dezembro de 2013, nos termos que menciona, com o objetivo de prorrogar, até 31 de dezembro de 2026, a vigência das disposições da referida norma, com o intuito de possibilitar que o Departamento Estadual de Trânsito (Detran) possa dar continuidade à execução e à coordenação da contratação de projetos de obras e de serviços de engenharia, assim como aos procedimentos licitatórios, e dá outras providências". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, quero justificar o voto.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Para justificar o voto, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Quero apenas dizer, senhor presidente, que se trata de uma prorrogação de prazo da Lei nº 4.457, que já está em vigência e que autoriza o Detran, enquanto autarquia, a poder, de forma autônoma, encaminhar os projetos à execução, inclusive o processo licitatório de obras de engenharia no próprio órgão. Todos sabem que é centralizado lá na Agesul, e centenas de projetos travam as obras de uma autarquia que tem arrecadação própria e pode realizar tais procedimentos dentro do próprio órgão. Então, a proposta do governo é apenas a prorrogação dessa lei, que foi aprovada em 2013, para que ela possa ter validade até 2016.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Continua em votação.

Projeto de Lei nº 0119/2025, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Pedro Kemp (PT).

Segundo-secretário — deputado Paulo Duarte (PSB).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Encerrada a votação. Consulto o segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Duarte - PSB) — Senhor presidente, são quatorze votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 6. Em discussão única e votação simbólica. Um requerimento, duas indicações e duas moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os senhores deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Não há moção de pesar a ser votada nesta Sessão. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Não pode falar porque está on-line. Não havendo mais oradores inscritos, esta presidência vai encerrar as Explicações Pessoais sem nenhuma manifestação na Sessão de hoje. Nada mais havendo a tratar, esta presidência declara encerrada a presente Sessão. Está encerrada (11h22min).